

**REDIN, Euclides; MÜLLER Fernanda; REDIN Marita  
M.(Orgs.). Infâncias: cidades e escolas amigas das  
crianças.  
Porto Alegre: Mediação, 2007.**

Franciele Clara Peloso\*

O livro *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças* é resultado de discussões interinstitucionais de um grupo de pesquisadores profundamente comprometidos com as crianças e suas infâncias. A obra é organizada a partir de 10 capítulos elaborados por Fernanda Muller; Marita Martins Redin; Euclides Redin (organizadores da obra); Vital Didonet; Jader Jane Moreira Lopes; Maurício Roberto da Silva; Maria Carmem Silveira Barbosa; Maria da Graça Souza Horn; Ana Cristina Coll Delgado; Maria Elizabete Wilke Franco e Ângela Ariadne Hofmann.

A obra traz importantes contribuições para a construção de uma antropologia da infância, uma vez que as crianças são pensadas como sujeitos ativos na sociedade, que contribuem para a mudança ou permanência dos contextos sociais. A partir de diferentes objetivos, cada texto explora concepções concernentes à infância e sua relação com a sociedade.

Na Introdução os autores contextualizam e explicitam qual é a concepção de criança e de infância que perpassa a obra, bem como evidenciam que é preciso resgatar o processo criativo da criança como condição de humanização, isso com vistas à construção de uma ética humana que dê às crianças o direito de viver com dignidade; afirmam, também, que a ética, apoiada na estética, busca a possibilidade da criança se tornar um ser singular, original, indivisível, íntegro e belo.

No primeiro capítulo: Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares, de Fernanda Müller e Marita Martins Redin, discute-se a questão das concepções de criança e de infância que permeiam a história e evidencia-se que a discussão atual questiona se a infância, como categoria social, pode ou não ser considerada como grupo específico e com características comuns, mesmo vivendo em espaços diferenciados. Fazem, também, uma reflexão em relação à escola, a qual foi por muito tempo considerada o lugar onde a infância deveria acontecer, no entanto, dentro de uma perspectiva

disciplinar. Em relação a essa perspectiva disciplinar da escola, as autoras enfatizam que o planejamento do trabalho escolar na infância, das atividades a serem propostas e da prática pedagógica a ser desenvolvida ainda precisa de diretrizes mais claras a partir de pressupostos teóricos mais amplos, ou seja, baseada na concepção de um ser que se desenvolve no e com o mundo mediado pela linguagem, pela atividade, pelos símbolos e pelos outros seres. Assim, a escola de Educação Infantil se tornaria um ambiente privilegiado para a aprendizagem da prática social e o seu cotidiano seria, de fato, significativo para as crianças. Nesse sentido, o professor tem papel primordial e precisa estar aberto a novas possibilidades da prática educativa, uma vez que em suas atividades, na forma de planejá-las e acompanhá-las, estão presentes as suas concepções de infância, de educação, de ensino, de aprendizagem, de cultura, dentre outras.

O segundo capítulo - Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância, de Euclides Redin e Vital Didonet – tem por objetivo refletir se a infância tem um papel importante na organização do espaço urbano. Dito de outra forma, se o fato de haver crianças na população urbana modifica em alguma coisa as leis, o planejamento, os programas de governo, as ações da administração pública. Para isso os autores afirmam que mais da metade da população mundial vive na cidade e questionam se estas são acolhedoras e promotoras de uma vida alegre, segura, tranqüila e incentivadora do desenvolvimento das crianças. Em seguida, abordam que inúmeras crianças vivem na cidade em condições de risco, residem em favelas e lixões; salientam que o UNICEF, a ONU/HABITAT, o Comitê Italiano do UNICEF e o Instituto Innocenti criaram, em setembro de 2000, a Secretaria Internacional das Cidades Amigas das Crianças e que inúmeros municípios de países em desenvolvimento, e também, na Europa, vêm aderindo à idéia e tornando-se “amigos das crianças”. Descrevem que para uma cidade ser amiga da criança deve garantir para suas crianças a possibilidade real de influir nas decisões sobre a sua cidade; participar da vida da família, da comunidade e da sociedade; ter acesso

---

\* Mestranda do Programa de PPGE - UEPG. E-mai: franciele\_clara@yahoo.com.br

aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, conforme sua necessidade; consumir água limpa e ter acesso a saneamento básico; ser protegida da exploração, da violência e do abuso, caminhar, correr, passear com segurança pelas ruas, encontrar amigos e brincar; desfrutar de espaços verdes; ter ar puro para respirar e viver em ambiente não poluído; participar de promoções culturais e eventos sociais; ser igual a qualquer cidadão de sua cidade no acesso a qualquer serviço, independente da origem étnica, da religião, da renda familiar, do gênero ou de alguma condição física ou mental desfavorável. Concretamente, uma cidade que acolhe, respeita e promove a criança tem um Hospital Amigo da Criança; água tratada; saneamento; coleta de lixo; aterro sanitário; iluminação nos bairros da periferia, nos bairros populares; um programa de habitação que procure garantir os meios para que todas as famílias tenham uma casa com o necessário conforto e segurança; creches e pré-escolas para atender a toda a demanda na faixa de zero a seis anos; brinquedotecas em vários lugares; jardins, árvores, calçadas, praças e parques, para efeito estético, para que o ar seja puro e para que as crianças tenham onde andar, correr e brincar; mais importante do que todas as formas materiais de atender aos direitos da criança, uma atitude interior das pessoas e o comportamento dos adultos na relação com elas.

No terceiro capítulo: Geografia das crianças, geografia da infância, de Jader Janer Moreira Lopes, o objetivo é tentar compreender as interações que se estabelecem entre as crianças e seus diferentes ambientes, buscando conhecer mais especificamente a produção das espacialidades, ou seja, desvelar os diferentes agentes que interagem e participam dessa produção – a produção das espacialidades pelas crianças e das crianças pelas espacialidades. Para tanto, recorre a diferentes autores e traça novas considerações sobre o espaço da Educação Infantil, local que tem sido entendido, muitas vezes, apenas como estrutura física e não como dimensão a ser produzida. Nesse entender, o autor enfatiza que falar em geografia é também referir-se às crianças; salienta que falar da infância é contemplar as dimensões geográficas, porque a criança “não está no espaço, não está no território, não está no lugar, nem na paisagem; ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, é a paisagem e, por serem produtoras de cultura e de geografias, enriquecem nossa condição humana” (p.55). Assim, as crianças são entendidas como sujeitos sociais, como agentes produtores do espaço que ocupam e passam a dar significados às suas espacialidades, de modo a construir territórios, lugares.

No quarto capítulo: Trabalho Infantil ou exploração do trabalho infantil, de Maurício Roberto da Silva, discute-se a seguinte questão: “trabalho

infantil ou exploração do trabalho infantil?”. Para isso o autor trata da confusão conceitual, etimológica, epistemológica e ideológica de ambas as expressões e salienta que a exploração do trabalho infantil é uma das formas de exploração do ser humano, que se caracteriza como trabalho abstrato, não edifica o homem e não o faz capaz de transformar a si próprio, o mundo, a natureza e a sociedade. Enfatiza que esse problema social, secularmente engendrado pelo capital, está imerso no mundo do trabalho da lógica neoliberal da pós-modernidade. O autor destaca que não é possível a erradicação do trabalho infantil no capitalismo, uma vez que essa condição está intrinsecamente ligada a outras questões sociais e, para que fosse possível uma ação com vistas à erradicação do trabalho infantil seria necessária a articulação de políticas públicas estruturadoras: reforma agrária, crédito agrícola, educação pública gratuita de qualidade, saúde e previdência social, isto aliado à idéia de uma educação que vá além do capital. Conclui o texto afirmando que um dos caminhos para remediar esse problema seria um conjunto de lutas, de movimentos sociais e sindicais, em escala nacional e internacional, na perspectiva do enfrentamento ao capital, no que concerne à destruição da propriedade privada dos meios de produção, com vistas a priorizar o trabalho enquanto centralidade emancipadora do homem enquanto ser social.

No quinto capítulo, intitulado Projeto político-pedagógico para a educação infantil, de Maria Carmem Silveira Barbosa, a autora enfatiza que a escrita de uma proposta educativa, além de pedagógica, é também uma decisão política, por isso deve emergir de todos os sujeitos que compõem a instituição escolar, como por exemplo: administradores, docentes, funcionários, pais avós, crianças e a comunidade em geral. O texto explica, também, quais são os elementos que geralmente aparecem em uma proposta pedagógica, sejam eles: introdução, contextualização, princípios educacionais, objetivos gerais, organização do centro ou da escola de educação infantil e organização da ação educativa. Salienta que o regimento interno é um documento básico que contém as determinações legais e as linhas norteadoras da organização formal da escola e deve explicitar como será executada a aplicação do projeto político-pedagógico, por isso deve ser elaborado na sequência do mesmo.

No sexto capítulo: Planejamento na educação infantil com um fio de linha e um pouco de vento, de Marita Martins Redin, referencia-se a importância do planejamento para a educação infantil. Nesse sentido, a autora acredita que um planejamento significativo tem com sujeito principal a criança e suas diferentes manifestações culturais, sociais e afetivas. Destaca que no planejamento sempre está

implícita uma concepção de sujeito (participativo, competitivo, solidário, criativo, empreendedor...), ele é sempre intencional. Assim, planejar na Educação Infantil é facilitar o espaço-tempo para que a criança não perca suas características infantis; é estimular as crianças a serem produtoras de cultura. A autora afirma que isso pode ser feito no dia-a-dia da sala de aula, se o planejamento for consistente, inovador, e considerar a criança como sujeito e não como objeto do processo de ensino e aprendizagem.

O sétimo capítulo: A construção do espaço e as diferentes linguagens, de Maria da Graça Souza Horn, discute a construção do espaço e entende que essa construção se dá eminentemente pelo elo social e se entrelaça com o tempo de forma indissolúvel, no qual o meio influencia diretamente os sujeitos. Busca entender qual é esse espaço, como as crianças nele interagem e o que se entende por diferentes linguagens para, conseqüentemente, relacionar esses aportes. O espaço é entendido em diferentes dimensões: a física, a funcional, a temporal e a relacional. Assim, se legitima como elemento curricular que não é neutro e, por isso, pode se tornar estimulador ou dificultador da aprendizagem. Em relação às diferentes linguagens, concorda com Junqueira Filho (2005) ao explicitar que a linguagem extrapola os limites da linguagem verbal oral e escrita, significando-a como toda e qualquer realização e produção oriunda do funcionamento humano. Frente a essas considerações a autora propõe organizar o espaço da Educação Infantil em áreas e cantos temáticos e afirma que essas organizações possibilitariam romper com alguns ranços da Educação Tradicional presentes na Educação Infantil, e também oportunizariam a promoção da construção da autonomia moral e intelectual da criança, a estimulação da sua curiosidade, o auxílio na formação de idéias próprias das coisas e do mundo que as cercam possibilitando-lhes interações mais complexas. Ressalta, ainda, que para trabalhar nessa perspectiva o professor precisa compreender que ele não é a figura central nas relações que se estabelecem no espaço da Educação Infantil.

No oitavo capítulo: Uma etnografia com crianças: grupos geracionais e manifestações culturais das crianças, de Ana Cristina Coll Delgado, relata-se parte dos resultados de uma pesquisa etnográfica com crianças em um contexto diversificado de educação e cuidado: a casa de uma cuidadora localizada em um bairro popular no município do Rio Grande/RS. O objeto de análise se dá a partir dos constrangimentos e das negociações entre diferentes grupos geracionais, bem como em relação às organizações e manifestações culturais das crianças. Sobre as negociações entre os diferentes grupos geracionais a pesquisadora observou que algumas crianças "mais novas" acreditavam que as crianças "mais velhas" sabiam mais, ou eram mais

capazes de realizar determinadas tarefas, enquanto as crianças "mais velhas", também, subestimavam a capacidade das crianças "mais novas" e auxiliavam no cuidado das crianças menores, prática comum nos meios populares. Constatou-se que entre as crianças há disputas por poder, espaço e atenção dos adultos. Em relação à organização e às manifestações culturais das crianças a autora enfatiza que só é possível entender os significados das crianças a partir dos contextos, sem esquecer que estão implícitas e/ou explícitas as relações de idade, gênero, classe e raça que elas absorvem do mundo dos adultos e reproduzem de forma interpretativa nas suas brincadeiras, bem como as hierarquias e disputas de poder existentes entre elas.

No nono capítulo: Educação e Infância: uma cumplicidade, de Maria Elizabete Wilke Franco, faz-se uma abordagem das metáforas de concepções que perpassam a história da infância; discute-se como essas metáforas influenciaram numa "pedagogização" da criança, de como ela passa a ser entendida como "aluno". A autora destaca que nos dias de hoje, o tema infância ultrapassa o enfoque do indivíduo e ganha dimensão filosófica, política e cultural; explicita qual é a relação de cumplicidade existente entre a pedagogia e a infância e como se dá a conformação da infância pela pedagogia.

O décimo capítulo: A infância dos índios guaranis: o novo e a tradição, de Angela Ariadne Hofmann, é construído a partir de resultados de uma dissertação de mestrado, na qual o principal objetivo é o de entender a inserção da escola numa comunidade guarani, como ela está sendo construída e a relação que possui com o projeto de vida da comunidade, bem como a relação fronteira entre os 'dois mundos' que aí se encontram. O texto clarifica que há crianças indígenas que não se adaptam à escola e que outras os pais não matriculam porque não compactuam com as diferenças que a escola apresenta. Essas diferenças são principalmente oriundas da cosmovisão indígena, uma vez que o modelo levado para as aldeias é ocidentalizado e a concepção de tempo é fracionária, não trabalha com o tempo guarani e sim como tempo não-indígena, no qual o tempo do brincar e o tempo do aprender são distintos. A autora faz menção à importância das pesquisas interculturais e conclui o texto afirmando que as crianças guaranis fazem da vivência e do cotidiano a sua principal ferramenta para subsidiar a aprendizagem.

Na conclusão: Como construir uma cidade, um mundo mais feliz? Euclides Redin faz uma abordagem de como as cidades estão organizadas e como servem ao capital. Frente a isso afirma que as cidades precisam ser reinventadas, e que isso será decorrente de uma nova abordagem social que

tenha por objetivo ir além do capital em todas as suas formas de exploração. “Será equânime, pluritécnica, intercultural, ecumênica, será solidária, produtora de cidadania e de cidadãos emancipados. Será a moradia dos homens reencontrados” (p. 152). Enfatiza que essa reinvenção social não seria articulada nem por homens nem por mulheres, mas por crianças, por serem elas as que necessitam de humanidade. Conclui afirmando que uma boa cidade é aquela que respeita e deseja a autonomia da criança. Se uma cidade for adequada às crianças, será uma boa cidade para todos.

Enfim, a obra vem auxiliar a todos aqueles que se interessam em discutir as questões da infância, bem como da Educação Infantil e da qualidade de vida dos seres humanos. Sua relevância consiste, essencialmente, em compreender a criança como um sujeito de direitos e essência da vida humana. Os textos reunidos nesse livro clarificam que crianças de diferentes lugares sabem dizer o que precisam para uma vida melhor; enfatizam a importância de se pensar a infância dentro de um projeto de políticas públicas que ultrapassem os muros da escola e cheguem até a sociedade, se apropriando de todo o contexto social para que esse se torne amigo das crianças e promessa de uma vida melhor para todos.